

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE PARA PREFEITURAS E CÂMARAS: Passo a Passo dos Procedimentos e Principais Decisões dos Tribunais de Contas

Dias 06 e 07 de Fevereiro de 2025.

Carga Horária: 16 horas

Presencial em Goiânia/GO.

Profs. Fabrício Motta e Rita Veronez.

(62) 2020-5320 | @seja.eleva

www.sejaeleva.com.br | falecom@sejaeleva.com.br

Av. T-4, n. 1478, Condomínio Absolut Business Style, Sala A72,
Setor Bueno, Goiânia - GO, CEP: 74230-030 - Goiânia - GO.

SOBRE O CURSO

No início de um novo mandato em 2025, os servidores públicos de prefeituras e câmaras enfrentam a urgência de realizar compras e contratações de forma rápida e eficiente. A celeridade exigida, aliada às constantes atualizações dos julgados dos Tribunais de Contas, impõe um grande desafio sobre os profissionais responsáveis por essas aquisições. Assegurar que essas compras sejam efetivas, eficientes e econômicas, sem comprometer a conformidade com as novas regras de contratação, é uma atividade que demanda conhecimento especializado e atualização constante.



METODOLOGIA

O curso abrange desde as noções gerais, como o dever de licitar e as exceções à licitação, até passo a passo da instrução do processos, além de tópicos mais avançados como contratação emergencial e inexigibilidade de licitação. O curso inclui uma análise detalhada dos julgados dos Tribunais de Contas sobre contratação direta na nova lei, permitindo aos servidores estarem atualizados com as melhores práticas e exigências legais. Com nossa metodologia exclusiva, garantimos que cada participante saia mais confiante e preparado para tomar decisões estratégicas que beneficiem sua gestão e, conseqüentemente, a comunidade que serve. Venha descobrir como nosso curso pode transformar o seu dia a dia na elaboração de compras públicas e fortalecer a gestão de sua prefeitura ou câmara municipal.



OBJETIVOS

O curso tem como objetivo capacitar os participantes a compreender as principais hipóteses de dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021, indicar as melhores práticas para a formalização desses procedimentos e conferir maior segurança jurídica na instrução dos processos nesta modalidade de contratação direta.

PÚBLICO-ALVO

Servidores Públicos envolvidos no processo de contratações, Integrantes de Comissões de Licitação, Servidores e empregados públicos que trabalhem ou pretendam trabalhar na área de contratações públicas. Servidores ou empregados públicos que exerçam atividades de controle interno. Consultores, Assessores, Advogados Públicos e demais interessados que atuam na área de licitações e contratos.



PROFESSOR FABRÍCIO MOTTA

Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2007). Realizou estágio pós-doutoral na Università del Salento (Itália, 2011). Atualmente, é Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, tendo sido Procurador do Ministério Público de Contas, e Professor Associado da Universidade Federal de Goiás. É membro permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas, na Faculdade de Direito da UFG, desde a fundação do programa. É membro nato da Diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo-IBDA, tendo sido Presidente da instituição no período de 2017-2020. Membro do Conselho Editorial das Revistas AC - Revista de Direito Administrativo Constitucional, Revista Brasileira de Direito Público e Interesse Público. Tem experiência na área do Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, licitação, contratos públicos, concurso público, regime jurídico administrativo, controle da administração pública.



PROFESSORA RITA VERONEZ

É Procuradora Municipal desde 2014. Mestranda em Administração Pública pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa - IDP. Pós-graduada em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo - USP. Consultora jurídica especializada em licitações e contratos administrativos. Palestrante e autora de artigos. Atualmente é presidente da Comissão da Advocacia Pública da OAB, subseção de Uberaba-MG.

I – NOÇÕES GERAIS

Dever de licitar e pressupostos para instaurar licitação;

Exceções à licitação: noções sobre contratação direta;

Principais diferenças entre dispensa e inexigibilidade de licitação;

II – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Estudos técnicos preliminares;

Termo de referência;

III – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa em razão do valor:

i) natureza do objeto e fracionamento;

ii) diferenças entre fracionamento e parcelamento;

iii) conceito de mesmo local;

iv) prazo de vigência do contrato;

Contratação emergencial:

i) emergência real x emergência fictícia;

ii) prazo de vigência do contrato;

iii) formalização do processo;

iv) responsabilidade dos envolvidos;

Pontos Polêmicos:

Ausência de interessados na licitação;

Preços superiores ao mercado; Contratação de entidade da Administração Pública;

Contratação direta do remanescente;

Aquisição de gêneros alimentícios;

Contratação de instituição sem fins lucrativos; Aquisição de peça original diretamente do fornecedor.

IV – JULGADOS: ANÁLISE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI.

V – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de licitação: pressupostos;

Credenciamento:

a) hipóteses;

b) Regulamento;

c) Critérios para seleção; d) Definição do preço;

e) Gestão do credenciamento;

Fornecedor exclusivo:

a) cautelas na definição do objeto;

b) comprovação da exclusividade;

c) dimensão territorial da exclusividade; d) aplicabilidade a serviços?

Contratação de notório especialista; a) conceito de serviço singular;

b) comprovação da notoriedade;

c) justificativa da escolha.

Contratação de artista:

a) compatibilidade em face das atividades finalísticas;

b) justificativa da escolha; c) empresário exclusivo.

Treinamentos: como enquadrar?

VI – PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Procedimento de contratação direta: a) formalidades;

b) justificativa de preços;

c) habilitação;

d) ratificação e publicação.

Como formalizar as contratações diretas?

Atribuições e responsabilidades da assessoria jurídica.

Obrigatoriedade de pareceres jurídicos.

Check list das contratações diretas.





O QUE ESTÁ INCLUSO?



Elega App



Coffee Break



Kit Participante



Certificado Digital

PASSO A PASSO DA SUA JORNADA COM A GENTE



INVESTIMENTO

R\$ 1.750,00 (Mil setecentos e cinquenta reais).

- A ELEVA oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossos consultores. - A ELEVA se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Consulte nossas condições para grupos e para pacotes.

INSCRIÇÃO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone (62) 2020-5320, através do e-mail falecom@sejaeleva.com.br ou pelo nosso site www.sejaeleva.com.br.

O pagamento deverá ser realizado em nome de ELEVA SOLUÇÕES PÚBLICAS



Banco do Brasil - 001 - Agência 3229-8 - Conta: 70445-8.
Chave PIX: CNPJ nº 47.766.718/0001-57.

